

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

DE QUEM É O PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE? - UM ESTUDO SOBRE A VIDA COTIDIANA NO
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS.

Marluce Wall de Carvalho Venancio (Universidade Estadual do Maranhão)

DE QUEM É O PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE? - UM ESTUDO SOBRE A VIDA COTIDIANA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS.

Resumo

Desde 1997 São Luís celebra a sua inclusão na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. A cidade se orgulha da sua condição de valor inestimável para toda a humanidade. Mas, como se apropria a população de São Luís do Patrimônio da Humanidade? Como faz uso desse espaço no seu cotidiano? Busca-se nesse trabalho identificar que papel o Centro Histórico desempenha hoje na São Luís contemporânea. Duas questões principais: a primeira diz respeito ao uso do Centro Histórico pela população local buscando verificar quem e como utiliza, que atividades são desenvolvidas, de que maneira a população local se apropriou (apropria) ou não, do espaço recuperado. A segunda questão é de que maneira a recuperação do centro histórico reflete no conjunto da área central adjacente. Apresenta-se em primeiro lugar o contexto em que surge o Centro Histórico de São Luís. Em segundo lugar busca-se caracterizar o processo de intervenção no patrimônio cultural urbano. A seguir, discute-se de que maneira a população se apropria do lugar. Finalmente, busca-se caracterizar a relação do Centro Histórico com a área central adjacente.

INTRODUÇÃO

São Luís, Patrimônio da Humanidade. Desde 1997 São Luís celebra a sua inclusão na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O slogan é visível por toda a cidade, pintado nos muros, nos táxis, nos ônibus, a divulgação oficial incluindo os mais diversos instrumentos. A cidade se orgulha da sua condição de valor inestimável para toda a humanidade. Mas, como se apropria a população de São Luís do Patrimônio da Humanidade? Como faz uso desse espaço no seu cotidiano?

É com o título de Uma Estratégia Fatal, que Otilia Arantes (2000 p- 11-74) questiona as políticas de intervenção no patrimônio cultural, as políticas que, segundo a autora, “a pretexto de valorizar os valores locais e sua morfologia” algumas vezes “têm servido de maquiagem para a entropia galopante das metrópoles”, fazendo uso do que ela chama de “estratégias culturais da cidade-emprego, levando o tudo é cultura a se transformar no culturalismo de mercado”, de tal forma que esse processo se “caracterizariam por *uma ironia objetiva* [...] processos que convertem as melhores intenções no seu avesso, realizando, não por desvio, mas por finalidade interna, o contrário do que prometiam .

A autora se refere ao movimento que faz a chamada volta à cidade ao final da década de 1960. Uma proposta de volta à cidade que parecia (e se propunha a) se contrapor ao “núcleo produtivista do sistema” buscando redescobrir o lugar, buscando reabilitar antes de demolir, buscando reativar a memória, valorizar o contexto, evitando “o assassinato museográfico dos sítios históricos”, buscando reanimar a vida dos bairros sem violentar os moradores.

Seguindo a mesma orientação de intervenção surge o conceito de Conservação Integrada que é definida por Zancheti e Jokilehto:

Integrated urban conservation planning refers to a structured set of planning and management actions in an existing urban area with the scope of guaranteeing sustainable development by maintaining significant features of the existing physical and social structure of the settlement and its territory, and integrating these with new and compatible uses and functions.(1996)

Este conceito faz a sua aparição de forma sistemática na Declaração de Amsterdam e na Carta Europeia do Patrimônio Histórico (ICOMOS) – tendo chegado ao Conselho da Europa depois da experiência de reabilitação de Bolonha, ao final dos anos 1960 (Venuti apud Zancheti, 2001). Mesmo que esses documentos não apresentem ainda uma definição clara do conceito, eles estabeleceram diretrizes importantes para a integração das políticas de conservação e o planejamento urbano direcionando inúmeras intervenções a partir daí.

Não é o caso de São Luís, que não assume claramente esse referencial teórico, mas estudar o processo de reabilitação do seu Centro Histórico permite verificar as possibilidades de manter o núcleo antigo funcionando na cidade contemporânea, respeitando-se o seu ritmo e especificidades.

Com essa discussão em mente, busca-se avaliar as políticas de intervenção tentando identificar que papel o Centro Histórico desempenha hoje na São Luís contemporânea e, muito especialmente, com que interesses e sentimentos a população local de São Luís vê e vivencia o Patrimônio da Humanidade.

Esse é o objetivo do trabalho ao qual esse texto está vinculado. Duas questões principais: a primeira diz respeito ao uso da área que sofreu a intervenção, a área do que denominamos de Centro Histórico, que corresponde ao núcleo original da cidade, à Praia Grande, buscando verificar quem e como utiliza, que atividades são desenvolvidas, de que maneira a população local se apropriou (apropria) ou não, do espaço recuperado. A segunda questão é de que maneira a recuperação do centro histórico reflete no conjunto da área central adjacente.

Apresenta-se em primeiro lugar o contexto em que surge o Centro Histórico de São Luís. Em segundo lugar busca-se caracterizar o processo de intervenção no patrimônio cultural urbano. A seguir, discute-se de que maneira a população se apropria do lugar. Finalmente, busca-se caracterizar a relação do Centro Histórico com a área central adjacente.

1 A CIDADE HISTÓRICA E A CIDADE MODERNA

1.1 Dois Tempos, Duas Cidades

Se a entrada principal de São Luís ainda fosse pelo mar, pela Baía de São Marcos, como o foi no passado, visitantes desavisados poderiam avistar, de um lado o centro da cidade com o Palácio dos Leões, antigo Forte de São Felipe (nome dado pelos portugueses), ou antigo Forte São Luís (nome dos franceses), local da fundação da cidade. Do outro lado, a Ponta do São Francisco. Tão diferentes entre si que viajantes desavisados poderiam imaginar duas cidades: uma com quase quatrocentos anos, a outra com cerca de trinta. A primeira, densa e compacta com seus casarões e azulejos, permaneceu quase intocada. A outra tenta adotar para si o modelo de “cidade grande”, ostentando agora um skyline (embora ainda tímido com seus 12 a 15 andares de altura) de torres comerciais e residenciais, símbolo maior de sua inclusão no rol das cidades modernas.

No entanto, enquanto a cidade nova sonha em ser aceita num mundo globalizado, é a cidade antiga quem “reata” a velha ligação com o mundo, do tempo do Brasil colônia, pela força de sua história.

A cidade histórica e a moderna, nascidas ambas ao mesmo tempo e no mesmo movimento. Certamente, esse momento não é o da fundação da cidade em si, em 1612. Mas é o momento em que a cidade existente passa a ser considerada a cidade histórica enquanto a construção da nova e moderna cidade, distante do núcleo original, se inicia tendo como pano de fundo uma intenção de modernização e crescimento econômico.

1.2 A Cidade Antiga

A história começa com a fundação, pelos franceses, em 1612. A Capitania do Maranhão havia sido entregue a João de Barros mais ou menos um século antes, mas a resistência dos índios, a dificuldade de contato, e a falta de ajuda oficial atrapalharam a colonização. Até que em 1615, com a ameaça concreta de perder as terras para os franceses, um grupo militar português acaba por derrotar e expulsar o inimigo da região. São Luís, pela proximidade com a Amazônia, é um ponto estratégico de onde se poderia chegar às minas de ouro das terras pertencentes à Espanha, que àquela época reinava sobre Portugal.

Com isso a colonização começa a ter outra importância, a ilha precisa ser ocupada. Os portugueses dão início a uma política mais ofensiva. O engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita faz o traçado das ruas e praças, seguindo as Ordenações Filipinas que orientavam as cidades espanholas americanas, cuja principal característica eram as quadras e lotes regulares que, à força de garantir posse da terra é distribuída aos moradores, muitas vezes trazidos de outras colônias como a da Ilha dos Açores (Martins, 1999), pela Câmara Municipal bastando os candidatos a residentes solicitarem. Os lotes pequenos permitindo as moradias populares, as porta e janelas; a junção de alguns lotes dando origem aos solares, sobrados, moradas-inteiras, numa tipologia muito especial.

A ocupação é marcadamente rural por todo o século XVII e até meados do Século XVIII com pequenas fazendas de gado ou agrícola ou então engenhos de açúcar ou aguardente. E aldeias indígenas, perto das quais se instalavam as missões dos padres portugueses.

Em 1621 é criado o Estado do Maranhão que, com capital em São Luís, compreendia as terras que hoje pertencem aos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins e parte de Goiás e dos estados amazônicos. Em 1654 o Estado do Maranhão passou a ser do Maranhão e Grão-Pará, ainda mantendo a capital em São Luís. Em 1751 torna-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital em Belém. O Estado com sua capital ora em São Luís, ora em

Belém, se relaciona direto com a metrópole e se desenvolve economicamente acarretando o que Ribeiro chama de primeiro surto urbanístico (1999, p.25).

Em 1756, uma grande mudança. Um novo modelo econômico se implanta tendo como base a escravidão negra. Governava o Estado um primo-irmão do todo poderoso Marquês de Pombal que, recebendo ajuda da metrópole, investe no desenvolvimento da economia. É o momento da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão que tinha como objetivo assumir o controle das atividades comerciais de produtos nativos e escravos negros.

As mudanças são profundas, o Maranhão que era até então das unidades coloniais portuguesas uma das de vida mais precária e difícil, vê a situação de penúria ser, quase de imediato, não só superada como substituída por uma progressiva riqueza.

Nesse tempo os ricos mandavam seus filhos estudarem em Lisboa e Coimbra. Floresceram arte e literatura: São Luís era a Atenas Brasileira. As precárias casas de taipa e palha são substituídas por sólidas edificações de alvenaria de pedra, com detalhes construtivos mais sofisticados e ao mesmo tempo adaptados ao clima, uma “arquitetura na medida exata da convivência do formalismo europeu com o meio tropical” (Silva Filho, 1998, p. 17).

Embelezam-se ruas, praças e fontes. Na segunda metade do século XIX, São Luís abandona os hábitos rurais e passa a crescer e a edificar com regras. E tantas e tais mudanças se processam que, no século XIX, a cidade acaba por se tornar o quarto centro urbano do país.

Mas a economia sofre um grande baque com o fim da escravidão, que era a fonte de mão-de-obra da agricultura. A tentativa de recuperação é a instalação de um parque industrial. Vender-se-ia o tecido, ao invés do algodão e do linho natural. Instalam-se as indústrias. São Luís é agora a Manchester Brasileira. Outro golpe: a indústria não se desenvolveu. Por um lado, a ligação com a Europa fica prejudicada com o assoreamento do Porto. Por outro, São Paulo e Rio de Janeiro tornam-se os grandes centros produtores do país. São Luís fica literalmente no fim da linha. Depois de Atenas e Manchester, os anos de solidão.

1.3 A Cidade Moderna

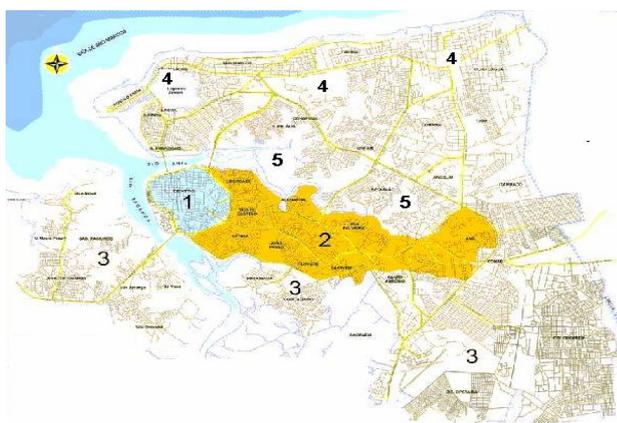
A luta para recuperar a economia e desenvolver e modernizar a cidade sempre teve o foco na recuperação da comunicação e, principalmente, da comercialização pela via marítima. O antigo porto, assoreado, deveria ser substituído por outro que não apenas seria capaz de reassumir as atividades comerciais como também, por ter a possibilidade de escoar o minério da vizinha Carajás atrair um promissor pólo industrial capitaneado por uma siderúrgica – a USIMAR.

De fato, embora as primeiras tentativas de modernização da cidade tenham ocorrido ainda na primeira metade do século XIX, é possível dizer que é na década de 1960 que elas se intensificam. Vem na esteira de idéias nascidas ainda na década de 1950, assentando-se em um plano rodoviário elaborado pelo engenheiro Ruy Mesquita, do Departamento de Estradas e Rodagens no qual é apresentada formalmente, pela primeira vez, a idéia de romper com a velha cidade colonial transferindo o eixo de desenvolvimento e crescimento da cidade para as áreas desocupadas que tinham ainda a vantagem de estarem perto das praias.

Não tendo a cidade muito dinheiro, o porto e o plano rodoviário levam alguns anos para serem executados. O impulso necessário chega em 1966 com o novo governo decidindo construir a ponte sobre o Rio Anil, conectando o centro da cidade à ponta de São Francisco. A ponte inaugura em 1970 ao tempo em que se conclui o sistema viário.

Naquela época, o Brasil vivia o Milagre Brasileiro. Em sincronia com o governo federal a prefeitura prepara um Plano Diretor para fazer face ao desenvolvimento esperado. Previa um Distrito Industrial ao mesmo tempo em que se buscava, a exemplo de outras cidades do Nordeste, o aproveitamento do potencial turístico da orla marítima. Para abrigar o crescimento demográfico esperado são construídos cerca de 30 conjuntos habitacionais. O rompimento com o eixo de crescimento se consolida com uma ocupação que rompe também com a estrutura formal da cidade tradicional.

Mais uma vez o crescimento não foi o esperado. A própria USIMAR é desativada em 1999. De qualquer forma instalam-se a Cia. Vale do Rio Doce, e a ALUMAR, multinacional do alumínio.



Mapa do Município de São Luís – Fonte: Burnett , 2002.

Os números indicam a ordem de ocupação da região. O centro em primeiro lugar, expandindo-se em direção ao interior da Ilha (nº 2) até a década de 1970. Os números 3 a 5 representam a expansão após a década de 1970.

2. O CENTRO HISTÓRICO

2.1 Nasce o Centro Histórico

Na década de 1970 o processo de conservação do patrimônio cultural no Brasil logicamente já estava em curso. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – estabelecia a política de conservação em consonância com os movimentos internacionais. Como diz Bianchini (1991), as intervenções ao redor do mundo, foram afetados por um número de fatores que incluem, entre outros, atitudes nacionais em direção à cultura e a políticas culturais, ideologias vinculadas aos diferentes partidos políticos, tanto em nível local quanto em nível nacional, interesses econômicos e a influência dos modelos e políticas externas.

Em nível nacional o Brasil abraçava a mesma atitude em relação ao patrimônio histórico adotada pela comunidade internacional, seguindo as cartas patrimoniais, as convenções e diretrizes. Claro que o Maranhão participa desse processo. No entanto, a princípio a prioridade era para a proteção da arte colonial remanescente, principalmente a relacionada com a historiografia oficial. O critério principal era o valor artístico, em primeiro lugar o barroco, seguido pelo neoclássico. O ecletismo e a produção vernacular não estavam incluídas.

Com isso, o patrimônio cultural de São Luís, hoje reconhecido internacionalmente, estava excluído desse processo, uma vez que São Luís não tem uma arquitetura monumental assinada pelos grandes mestres. Seu patrimônio cultural é composto prioritariamente pela arquitetura vernacular, pelos solares, pelas moradas inteiras, meia-moradas e porta-janelas, que funcionavam, e em certa medida ainda funcionam, como residências.

A partir de 1964, no entanto, a Carta de Veneza, (ICOMOS) amplia o conceito de monumento histórico, incluindo “*more modest works of the past which have acquired cultural significance with the passing of time*”.

Teria esse novo conceito aberto a possibilidade para que São Luís fosse vista de uma nova maneira? É possível se afirmar que essa nova idéia teve repercussão interna, influenciando o governo estadual a buscar uma política de conservação? Essa é uma questão que deve ser examinada mais de perto mas, sendo esse ou não o principal impulso, de fato, já em 1966, o governo chama um expert da UNESCO, o Sr. Michel Parent para examinar a cidade e o conjunto histórico.

Mais tarde, em 1973 – e aqui podemos pensar na influência direta da reunião dos governadores na Bahia – outro especialista da UNESCO, o arquiteto português Viana de Lima vem, a convite do governo elaborar um plano de preservação para São Luís. Ao mesmo tempo naquele momento, fazendo par com uma política ufanista de desenvolvimento, entram em cena as propostas de recuperação dos investimentos em sítios e monumentos históricos. O Turismo é a saída. O SPHAN desenvolve uma política que busca comprometer as demais instâncias do poder federal, estadual e municipal a partir das novas concepções de proteção ao bem cultural.

Desse modo, em 1974, quando o Plano Diretor é elaborado, todas essas idéias são postas novamente em discussão. Tratado como área de proteção histórica o centro da cidade, que era, até então além de centro administrativo e financeiro, o lugar da moradia nobre e do comércio sofisticado, é alvo de medidas de valorização do patrimônio, como a volta dos nomes tradicionais das ruas, a própria prefeitura incentivando os moradores inclusive com isenção de impostos, a colocarem azulejos nas fachadas por toda São Luís¹, apelo que, diga-se de passagem foi atendido não apenas no centro mas por toda a cidade, a população aderindo orgulhosa à consolidação de São Luís como a Cidade dos Azulejos. Além disso o governo estadual funda, em 1973 o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão.

É importante notar que o plano de Viana de Lima, embora deixado de lado, foi elaborado na mesma época do Plano Diretor que, seguindo os princípios do modernismo urbanista gerou a cidade moderna e delimita o que chama Zona de Interesse Histórico com Uso Residencial Predominante e Zona de Interesse Histórico com Uso Comercial Predominante.

Logo depois o Governo estadual cria o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Esse programa tem em sua origem um episódio curioso: a publicação de uma proposta do arquiteto John Gisiger, que trabalhava de forma autônoma dedicando-se a elaborar uma proposta ampla e abrangente de recuperação do centro de São Luís com o título equivocado de “Renovação Urbana de São Luís”. Este título, diz Luís Felipe Andrés – que depois vem a ser o coordenador de todo o Programa, desde 1979 até os dias atuais – provocou uma forte reação nas autoridades do Patrimônio Histórico Nacional lideradas por Aluísio Magalhães. Todos queriam discutir e, naturalmente, evitar a *renovação urbana*.

Desfeito o equívoco, Aluísio Magalhães, ao verificar a abrangência da proposta, sugere a realização de uma reunião de especialistas de todo o país para debatê-la. Acontece em outubro de 1979 a I Convenção Nacional da Praia Grande que dá origem ao *Programa de*

Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, cujo texto final foi elaborado em um processo onde acontecem inúmeros debates internos, com a presença de técnicos, especialistas, representantes da comunidade e da universidade e após contatos e visitas aos órgãos de Patrimônio de outros estados.

É importante notar que, no início, a produção e implementação desse plano estava vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão e somente anos mais tarde foi transferido para a Secretaria de Cultura, sob a direção de um órgão especial de Patrimônio que não é o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. Além disso, é a partir daí que se instala uma superintendência do IPHAN em São Luís, uma vez que até então São Luís era subordinado à superintendência com sede em Fortaleza.

A cidade histórica dá lugar ao Centro Histórico, a I Convenção Nacional da Praia Grande demarcando um perímetro de atuação.

É importante notar que devido ao tamanho do Centro Histórico de São Luís e à inexistência de recursos para imediato tratamento do mesmo como um todo, definiu-se como Centro Histórico a área da Praia Grande pelo seu significado e sua tradição”.

2.2 A Vida Local

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís é um programa abrangente que engloba inúmeros sub-programas. Desde o início, preocupa-se em respeitar as especificidades da área e seu tempo histórico, valorizando seus atributos culturais e ambientais. A prioridade é para a recuperação do recém instituído Centro Histórico.

A Praia Grande é um núcleo que tem uma conformação morfológica estável apresentando em grande parte além da tipologia inicial, hábitos culturais já desaparecidos em outras partes da cidade. Além disso, é uma área que possui uma interessante diversidade de usos. São atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais: a Feira da Praia Grande, os tipos populares como o pregoeiro, o feirante, o engraxate, o carroceiro e seu jegue, e inúmeros outros. Becos e escadarias. Ruas de pé-de-moleque e pedras de cantaria. Solares e sobrados com mirantes. Vive um tempo muito especial que a modernização não conseguiu apagar. E que o Projeto Praia Grande conseguiu resgatar, permitindo sua revalorização cultural e social na cidade.

A manutenção do uso residencial, o incentivo às atividades de assistência e promoção social, às manifestações culturais e educacionais, às ações de fomento a geração de emprego e renda, bem como a disponibilização para a população da área de um patrimônio arquitetônico e ambiental urbano em condições adequadas de utilização e apropriação cultural são objetivos

que se materializam em muitas das ações concretas realizadas: 1) Projeto Piloto de Habitação (1993) – reabilitação de casarão que funcionava como cortiço abrigando famílias de baixa renda. O casarão foi reabilitado passando a ser administrado pelo Estado permitindo a permanência dos moradores; 2) Revitalização da Feira da Praia Grande – 1980/82; 3) Instalação de centros culturais, de criatividade e profissionalizantes – 1987/1990; 4) Recuperação da infra-estrutura urbana com a renovação das redes de água, esgoto e drenagem – 1987/1990; 5) Construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefônica – 1987/1990; 6) Alargamento das calçadas de cantaria, restauração de becos e escadarias – Pavimentação das ruas com paralelepípedos – 1987/1990; 8) Revitalização da Praça do Comércio – 1980/82 – Construção de praças e jardins; 9) Criação de vias exclusivas para pedestres e estacionamentos periféricos – 1987/1990; 10) Reabilitação de edifícios para abrigar o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão e a Escola de Música – 2000. No total foram recuperados mais de 40 mil m² de área construída.

De 2000 para cá, vários casarões foram reabilitados para fins institucionais ou privados, e teve início um dos principais sub-programas previstos já desde 1979: o sub-programa de Habitação que recuperou seis imóveis, casarões pertencentes ao Estado que passaram a abrigar apartamentos destinados a funcionários do governo estadual que pagam aluguel para o Estado. Empreendimentos diversos se instalaram: restaurantes, pequenos hotéis, livrarias, cursos de arte ou língua estrangeira, ateliês de artistas, bares e atividades similares, desenvolvidas por empreendedores locais e estrangeiros muitos dos quais têm adquirido imóveis para uso próprio residencial.

Além disso, o Centro Histórico funciona como um lugar para o desenvolvimento das atividades culturais tradicionais e tem desempenhado o papel de uma importante área de lazer para a população de São Luís. Estudantes universitários fazem do Centro Histórico o seu lugar, misturando-se com a população residente e com os grupos de cultura popular que se apresentam em suas praças e ruas. As noites são cheias de música e diversão.

Durante o dia, as escolas, incluindo o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, a Escola de Música, as repartições públicas e as sedes das organizações não-governamentais garantem o ritmo cotidiano diário e a vivacidade, intensificada pela presença dos residentes do programa de habitação que traz como acréscimo as brincadeiras infantis.

É possível afirmar que a experiência foi bem sucedida no que diz respeito a evitar a situação crítica de ser transformada num cenário, em museu ao ar livre, em mercadoria para o turismo cultural, sem espaço para o desenvolvimento da vida local.

A presença da população local e o desenvolvimento das atividades culturais devem-se, em grande parte, ao fato de ser o centro um lugar de fácil acesso para a maior parte dos bairros de São Luís, contando com um grande terminal de ônibus. Ao mesmo tempo é um lugar de entretenimento de baixo custo, o que lhe garante uma grande diversidade social e cultural em todos os momentos.

3 A ÁREA CENTRAL

O Patrimônio da Humanidade, o Centro Histórico de São Luís é, portanto uma área viva e vibrante integrada à vida cotidiana da cidade. Em que pese ainda a necessidade de recuperação de várias edificações, seus casarões abrigam a sede do Governo Estadual, a Prefeitura de São Luís, a Câmara de Vereadores, inúmeras repartições públicas, centros culturais, museus, teatro e cinema, centros de produção e divulgação da cultura popular, centros universitários, pousadas, restaurantes, a Feira da Praia Grande, uma boa infraestrutura, e principalmente uma estreita relação com a área central de São Luís, que se constitui como o lugar de maior quantidade e diversidade de serviços e que concentra uma grande diversidade social, conservando ainda seu ambiente construído, as memórias dos tempos vividos, por isso mesmo constituindo uma referência importante para a cidade.

De direito, a própria área incluída na Lista do Patrimônio Mundial avança até o Seminário de Santo Antônio, antigo Convento de São Francisco, fundado, segundo Claude d’Abeville (1975) pelos franceses sendo a permanência do traçado urbano, evidenciada por mapas do século XVII, um dos motivos para o título mundial².



O mapa da esquerda é do século XVII, o da direita é do século XX. O traçado em negrito evidenciando a permanência do traçado antigo.

De direito, o Centro Histórico é área de proteção federal. De direito, o resto do centro é área de tombamento estadual. De fato, o centro como um todo, desde que alçado à condição de histórico tem travado a batalha entre o conservar e o renovar, entre a tradição e a modernidade.

Como já foi dito, o Centro Histórico é delimitado em 1979 como a área da Praia Grande e o núcleo inicial que corresponde ao local do palácio do governo. Anos depois, o Plano Diretor

de 1992 delimita duas zonas: a ZT.1 (Zona Tombada 1) com aproximadamente 978 imóveis e a ZT.2 (Zona Tombada 2), com mais 4269 imóveis (ANDRÉS, 1998, p.43). A ZT. 1 corresponde à área de menor extensão e está sob dupla proteção: federal, através do MinC-IPHAN e estadual, através da Secretaria de Cultura do Maranhão – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico (SECMA-DPHAP). Corresponde à maior parte da área pertencente à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO e é a área reconhecida como Centro Histórico. A Zona de Tombamento 2 corresponde à área protegida por legislação estadual, através da SECMA/DPHAP.



Fonte: Andrés, 1998, p. 37

13 – Fonte do Ribeirão

16 – Convento do Carmo na Praça João Lisboa (ou Largo do Carmo)

20 – Igreja de São João

22 – Seminário Santo Antônio

A partir daí o que é e o que não é centro histórico também vai se confundir. A rigor, em geral, falar de Centro Histórico é falar da área de tombamento federal, a ZT1, mas não raro discussões, ou mesmo publicações acadêmicas (MARTINS, 1999, SOUZA, 1999), ou até a cartilha do próprio IPHAN, para citar poucos exemplos, se referem à rua Grande, principal centro de comércio em São Luís, localizada em sua maior parte na ZT2, como Centro Histórico.

De fato, no início do Programa de Reabilitação estava prevista uma etapa de recuperação da Zona Tombada 2. Também é verdade que na década de 1980, seguindo o programa promovido pelo governo estadual, a prefeitura investiu, com sucesso, na recuperação da Rua

Grande. Um pouco mais tarde, ainda na mesma década, por conta da iniciativa privada, um quarteirão inteiro de casarões coloniais é transformado em um moderno shopping center em plena Rua Grande mantendo as fachadas, e perdendo o seu “miolo”, o seu interior assumindo o desenho contemporâneo. No entanto, a etapa de recuperação da ZT 2 foi interrompida.

A situação é tal que hoje já se pode dizer que a Zona Tombada 1 que é geralmente o que se reconhece como Centro Histórico vem recuperando seu patrimônio cultural e continua a abrigar e desenvolver uma vibrante atividade ao mesmo tempo em que atrai para si o movimento do turismo cultural internacional, enquanto que a Zona Tombada 2 segue o destino da maioria das áreas centrais brasileiras: o abandono e a degradação.

Enquanto isso a construção da cidade moderna continua, tendo adquirido um novo impulso quando, na segunda metade da década de 1980 um novo fato acontece: a construção do primeiro shopping center de São Luís. Em 1992 um novo Plano Diretor determina mudanças no uso do solo que permite um surto de construção de torres comerciais e residenciais na área próxima a esse shopping, consolidando-a como a de maior status social da cidade e influenciando diretamente a migração das antigas áreas da cidade.

Analisando essa situação é possível se pensar que o Centro Histórico tem que caracterizado como um enclave? Como uma pérola perdida no meio da inevitável degradação da área central? Que papel ocupa o Centro Histórico nesse processo de construção da cidade contemporânea?

A permanência da vida local no Patrimônio da Humanidade revela a redescoberta do lugar, revela uma intenção e uma prática que se coloca em direta oposição da construção dos lugares homogêneos e petrificados desenhados para o mercado porque valoriza o uso, o contexto, o habitat, os moradores como diz Arantes (2000).

A reabilitação do Centro Histórico de São Luís apresenta essas características. Mas, ao que tudo indica, isso não é suficiente para conter o processo de degradação de toda a área central. Como se o próprio conceito de Centro Histórico, parafraseando Argan, afirmasse que as diversas partes da cidade têm valores históricos diferentes. Isso justificaria o investimento em apenas uma parte do centro antigo?

A gestão da conservação do centro como um todo se apresenta contraditória. Do lado do Centro Histórico são elaborados e implementados programas de habitação porque se compreende que habitação é importante para a reabilitação de uma área de interesse histórico. Do lado do que vamos chamar ZT 2, as habitações estão lá, muitas há mais de 30 anos, e não

existe um programa que incentive a sua permanência, sendo essa permanência mesmo uma ação quase que de resistência da população.

De mais a mais muitas vezes o “restante do centro” não consegue, a essa altura encontrar a sua denominação, uma vez que o centro engloba a Zona Tombada 1, a Zona Tombada 2 e um entorno significativo, vibrante, que participa, sendo até mesmo o gerador, das manifestações de cultura popular que vão, muitas das vezes, usar como cenário o próprio Centro Histórico. Os moradores, os mais antigos resolvem a questão de maneira muito simples e usam a denominação adotada pelo governo para denominar o projeto que recupera o espaço público do Largo do Comércio na Praia Grande: Projeto Reviver, na linguagem da população, o Reviver. Um lugar revestido de toda essa magia que descrevemos anteriormente.

Do mesmo modo continuam a chamar os lugares centrais pelos nomes de outrora: Praia Grande, Desterro, Madre Deus, Santo Antônio, Alecrim, São Pantaleão e por aí vai. Alguns constituindo pequenas regiões-bairros, outros se referindo a apenas uma rua, seguindo um antigo costume de nomear a rua ao invés do bairro como lugar de moradia.

É preciso notar, no entanto, que a ZT2, a área de proteção histórica estadual, tem uma dinâmica e abriga uma população bem diferenciada da área do Centro Histórico. É ainda o centro principal de São Luís, concentrando a maior quantidade de empregos e serviços e oferecendo uma grande diversidade social e cultural, principalmente devido às áreas que se mantiveram e que celebram, ainda hoje, a vida em comunidade. Nichos, como diz um dos moradores que permaneceram. Aqui, os moradores se orgulham de manter os mesmos valores, o mesmo contato com as festas e a tradições populares como o bumba-meu-boi e o carnaval, o mesmo ritmo de vida de quando eram jovens. Valores que seguem passando para os filhos (VENANCIO, 2002). Como se o permanecer fosse uma forma de resistência à própria modernização e à importação de modelos culturais.

Há lugares, porém, às vezes grandes extensões, onde a substituição do uso residencial pelo comercial ou o abandono puro e simples do imóvel quebrou as relações de vizinhança antes existentes e trouxe o componente da insegurança, em forma da ocupação ilegal, ou mesmo do desabamento das casas abandonadas. Isso tudo, somado ao fornecimento irregular de água³, a iluminação pública deficiente, as ruas esburacadas – resultado do não investimento do poder público que prioriza as novas áreas da cidade em seus projetos – alimenta uma progressiva evasão que conta também com a atração exercida pelas novas áreas residenciais e pelos novos modos de morar. A própria condição de patrimônio histórico acaba por se tornar um complicador. Como diz uma moradora, “quem quer vir para cá não tem condições de manter e

conservar o imóvel e quem tem, não quer vir. Quem tem condições de sair e permanece é porque tem um grande sentimento por esse lugar”.

Por outro lado, enquanto o Patrimônio da Humanidade segue lutando para atrair um maior número de investimentos privados na área, o centro antigo continua a merecer a atenção (e os investimentos) dos comerciantes locais, que inclusive apresentam continuamente propostas de transformação da Rua Grande “espinha dorsal do Centro Histórico”, em “shopping center” devidamente climatizada e coberta. Sem entrar no mérito da proposta, é importante refletir que essa pode ser uma tentativa, por parte dos comerciantes, de tentar manter o ponto comercial tradicional com uma roupagem moderna para fazer frente à constante e cada vez mais acelerada evasão da população com maior poder aquisitivo em direção à cidade nova. Evasão que acaba por levar também não apenas o comércio mais sofisticado, mas escolas e outros serviços.

O que nos remete a outras questões: podemos viver sem o centro? Ou melhor, o Centro Histórico, Patrimônio da Humanidade pode, ou mesmo deve, viver sem o centro antigo? Nesse caso, o Centro Histórico no seu processo de se constituir como centralidade deveria sustentar, ou vem sustentando, uma identidade e uma vida completamente separada do centro antigo?

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

O Centro Histórico é aceito. O Patrimônio da Humanidade é aceito por ser o lugar da nossa memória, assumindo-se que guardar memórias é um fato aceito pela contemporaneidade? Não se aceita o centro antigo, por ser “inadequado” aos padrões contemporâneos? Mas em que consiste essa “inadequabilidade”? Onde a diferença? Seria a tradição, o significado para a cidade, um lado significando mais que o outro? As limitações econômicas para recuperação do centro como um todo?

Ou a divisão é mais profunda ainda, sendo o Centro Histórico uma área nobre, respeitada por ser respeitada internacionalmente e por ser destinada aos turistas de quem temos um grande orgulho? E o restante do centro, é ignorado por ser uma área que “ninguém quer”?

O que parece acontecer é que a maioria da população não apenas aceita o Centro Histórico, ou o Reviver, como preferem, mas também o centro como um todo, usando-o como centro de compras, como lugar de diversão, e mesmo como moradia, ao mesmo tempo em que o celebram como – por que não? – atração internacional, “cartão postal”, destino turístico, produtor de riqueza. O que quer dizer que, não importa com que intenções as ações de

recuperação aconteceram, a população local se apropriou do espaço e vem imprimindo nele a marca da sua experiência, de sua vivência.

Talvez seja o momento de buscar estender a experiência para o restante do centro renovando a ligação de identidade cultural existente entre as duas áreas. Uma identidade na condição central que permite como nenhum outro na cidade o faz, como aponta Lefebvre (1998), a apreensão do senso urbano, por ser um lugar onde todas as diferenças podem ser reunidas, as ruas, as praças, as luzes, a vida. Onde ainda é possível para os seus habitantes, a apropriação do lugar pelo seu caminhar. Uma identidade cultural justificada nas referências simbólicas, na configuração formal que permite reconhecer a cidade tradicional. Talvez seja o momento de ver todo o processo como uma demonstração de que recuperar o espaço público vale a pena não apenas pelo valor de mercadoria que esse espaço possa vir a propiciar, mas pela vivência, pelo uso que sua população pode vir a fazer desse mesmo espaço. Essa aliás, é uma das condições que o tornam tão interessante aos olhos globais, o ser local.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉS, Luiz Phelipe (org). **Centro Histórico de São Luís-Maranhão: Patrimônio Mundial**. São Paulo: Audichromo, 1998.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 p- 11-74.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARROS, Waldenira. **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís Edições FUNC. 2001
- BIANCHINI, F., PARKINSON, M. **Cultural Policy and Urban Regeneration - the West European Experience**. Manchester: Manchester University Press, 1993.
- BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Além do Rio Anil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós- Graduação Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN. 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford UK & Cambridge. Blackwell, 1998.
- MARTINS, Ananias. **São Luís: fundamentos do Patrimônio Cultural séculos XVII, XVIII e XIX**. São Luís. Sanluiz.1999
- MILET, Vera. **A Teimosia das Pedras**. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.
- RIBEIRO Jr, José Reinaldo Barros. **Formação do Espaço Urbano de São Luís: 1612-1991**, São Luís Edições FUNC.1999.
- SILVA FILHO, O. P. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. Belo Horizonte. Formato, 1998.
- VENANCIO, Marluce. **As Razões, as paixões, as contradições de morar no lugar antigo: uma investigação sobre o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano**. Pólo Santo Antônio, São Luís, Maranhão. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós- Graduação Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

ZANCHETI, Silvio, JOKILEHTO, J. Reflections on integrated urban conservation planning. 1996 < <http://www.urbanconservation.org/textos/reflex.htm> > (capturado em dezembro, 2006).

ZANCHETI, S. M. **Conservação Integrada e Planejamento Urbano na Atualidade.** Espaço & Debates, jan/dez 2003, v 23 43-44, p 92-104.

¹ Efeitos ainda hoje visíveis: “banheirões”, como chamam os mais radicais. Guardadas as devidas proporções, a tentativa de “fazer igual ao antigo”, sempre foi uma das primeiras atitudes denotativas do respeito e admiração pelas obras do passado, os exemplos vão desde os renascentistas a reviverem as formas romanas, passando pelo ecletismo e o próprio movimento neocolonial. Mas nos anos 70 estava na contramão da história e da política conservacionista.

² Essa situação tem motivado inquietações uma vez que uma das condições para ser incluso na Lista da UNESCO é que a área seja tombada pelo governo federal. Nesse sentido o IPHAN vem realizando inventário na área com o intuito de proceder ao tombamento.

³ O fornecimento de água no centro da cidade e mesmo em muitas das áreas antigas de São Luís é, usualmente feito no sistema de racionamento em dias alternados